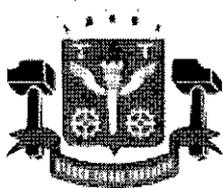


Câmara Municipal de Osasco

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – XV LEGISLATURA – II SESSÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2022.

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Osasco, do Estado de São Paulo, no prédio onde se localiza o Poder Legislativo, no Plenário Tiradentes, às dezenove horas e oito minutos, realizou-se a Audiência Pública proposta pela **Comissão de Constituição e Justiça**, para debater “**A Importância da Defesa dos Direitos Humanos**”, sob a presidência da vereadora Ana Paula Rossi de Almeida Magdesian, e a secretaria “*ad hoc*” do senhor Higor Andrade, servidor desta casa. A senhora presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, a senhora presidente informou a todos os participantes e munícipes presentes que poderiam enviar questionamentos, sugestões e demais manifestações pertinentes ao tema desta audiência pública através do link disponibilizado no site da Câmara Municipal de Osasco, e de forma presencial, mediante preenchimento de formulário próprio. Prosseguindo, a convite da senhora presidente, adentraram e tomaram assento à Mesa Diretora dos Trabalhos, senhor Claudio Piteri, Secretário Municipal da Secretaria de Educação do Município de Osasco, Dr. Paulo Cesário, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Osasco (OAB-Osasco) e o Dr. Rafael Alves, presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas do Município de Osasco (COMPOD). Continuando, a senhora presidente solicitou ao secretário que anunciasse a presença das demais autoridades, as quais estão devidamente registradas em fichas próprias e arquivadas na Seção de Comissões. Na sequência, a senhora presidente anunciou os membros que compõem a Comissão de Constituição e Justiça: Paulo José da Silva Júnior – presidente, Josias Nascimento de Jesus – relator, e os membros, Carmônio Gonçalves Bastos, Cristiane Furlan Palmeira Celegato e José Rogério Soares dos Santos. Prosseguindo, o secretário anunciou a presença dos vereadores presentes nesta audiência pública. Continuando, o senhor secretário procedeu à leitura do seguinte ofício: Osasco, 22 de novembro de 2022. **Ofício-Comissões n.º 94/2022**. Ao excelentíssimo senhor; **RIBAMAR ANTÔNIO DA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Osasco. **Assunto:** Audiência Pública. Senhor Presidente, Informo Vossa Excelência sobre a realização da Audiência Pública, no dia 8 de dezembro de 2022 às 18 horas, no Plenário Tiradentes, pela **Comissão de Constituição e Justiça**, sobre o “A importância da Defesa dos Direitos Humanos, conforme ofício nº 58/2022 – GV de 8 de novembro de 2022, iniciativa da Vereadora Ana Paula Rossi de Almeida Magdesian”. Assim, solicito para realização do evento, convocação de funcionários para serviços de: coordenação da Audiência; recepção (confecção: ficha, livro de presença e acolhimento); som; multimídia; imprensa (TV e foto); gravação; copa e limpeza. Solicito, ainda, que seja enviado convite através do e-mail a todos os vereadores para ciência e aos membros da presente Comissão. Atenciosamente, **PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR**, *Presidente da Comissão de Constituição e Justiça*, e ofícios de justificativa de ausência. Dando sequência, a senhora presidente, informou que essa audiência pública estava sendo transmitida ao vivo pela TV Câmara Osasco, canais digitais: 7 da NET, 3 da Megabit Telecom (antiga Cabonnet), pelo site: www.osasco.sp.leg.br, e nos próximos dias o evento também estará disponível no YouTube. Prosseguindo, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra o Dr. Paulo Cesário, que discorreu sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos que nesse ano completou setenta e quatro anos. Dr. Paulo discorreu sobre a importância de trabalhar as defesas dos direitos humanos, falou da importância de dar oportunidades às pessoas, e que a defesa dos direitos humanos não é apenas defender as violações em si, mas também limitar o poder do Estado, além disso, promover ao ser humanos condições para que ele possa viver com dignidade. Falou que a Comissão dos Direitos Humanos da OAB tem a função de promover, defender e combater todo e qualquer tipo de violação dos direitos humanos promovendo sempre o diálogo entre as instituições. Falou que as pessoas precisam entender a importância da Comissão dos Direitos Humanos da OAB,



Câmara Municipal de Osasco

ESTADO DE SÃO PAULO

ressaltando que o papel do defensor dos direitos humanos é defender o devido processo legal para todos. Na sequência, a senhora presidente falou que a importância dessa audiência pública é levar informação as pessoas, e que a falta de informação prejudica o diálogo, e que esse é um tema complexo, que não se esgota e que deve ser debatido sempre. Continuando, a senhora presidente convidou o senhor Dimitri Sales, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo, que discorreu da importância de festejar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sr. Dimitri afirmou que essa declaração é um profundo compromisso da humanidade consigo mesmo, é o resultado concreto daquilo que se experimentou da Segunda Guerra Mundial, uma guerra motivada pela intolerância às diferenças. Falou que somos pessoas constituídas a partir de vários elementos que nos tornam singulares, individuais e indispensáveis no projeto de humanidade que nasceu com essa declaração. Falou que essa singularidade representa o direito de sermos diferentes. Senhor Dimitri afirmou que quando há uma desigualdade o Estado é levado a promover políticas públicas que ofereçam condições de igualdade material. Disse que as diferenças são elementos que agregam a sociedade e que só é possível ter igualdade se houver uma democracia que possibilite a participação de todas as pessoas no processo de decisão do interesse público, e que a população a partir das suas diferenças precisa estar presentes nas decisões do Estado. Senhor Dimitri reforçou que essa declaração é um instrumento para fazer a defesa dos direitos humanos, um projeto de sociedade, um projeto de humanidade para superar as atrocidades de um estado totalitário, que é o ponto de partida e o ponto de chegada para a defesa de um projeto de humanidade e que todos possam ser reconhecidos como pessoas constituídas de direitos, é um instrumento de luta para defesa dos direitos humanos. Prosseguindo, a senhora presidente convidou a fazer o uso da palavra o Dr. Fábio Goulart, conselheiro seccional da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo, que parabenizou todos que trabalham e dedicam tempo para promover o mínimo de dignidade a quem não tem. Discorreu que muito se fala em dignidade e afirmou que para ele dignidade é comida, é vida. E quando se fala em dignidade, se fala em fome, um dos principais fatores que tira dignidade de uma pessoa. Dr. Fábio recitou o poema "*Tem gente com fome*" de Solano Trindade, e falou que há setenta e oito anos, por conta desse poema, Solano Trindade foi perseguido e preso por brigar por comida e dignidade. Dr. Fábio agradeceu por participar dessa audiência pública e afirmou que é dever do Estado cuidar com dignidade dos cidadãos e que audiência pública é o Estado ouvindo o povo. Na sequência, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra o Major César D'Avoglio Marques, Major da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Major César disse que nunca saberemos o que o outro está passando, que é preciso aceitar e respeitar as diferenças. Falou ainda que é possível aprender através dos "olhos do outro", e que como funcionário público e integrante da Polícia Militar tem o dever de dar segurança a todas as pessoas. Continuando, a senhora presidente convidou a senhora Alexandra Pontieri, gerente do Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate ao Racismo, representando a senhora Amanda França, Secretária da Secretaria Executiva de Políticas da Promoção da Igualdade Racial. Sra. Alexandra discorreu sobre a importância de estar discutindo esse tema, do quanto os movimentos sociais lutaram para que chegasse esse dia, falou da importância de lembrar das pessoas defensoras dos direitos humanos que antecederam a história do município, para que se tenha uma direção de qual cidade queremos estar e representar. Sra. Alexandra falou que se sente feliz em poder dar as mãos para debater esta causa, mas que ainda há muito pela frente para avançar. Falou ainda que é preciso romper com o racismo institucional que é um grande desafio oferecer um serviço de qualidade para todos, e enquanto sociedade é preciso combater o preconceito e ser exemplo. Prosseguindo, a senhora presidente convidou a fazer o uso da palavra a Dra. Alana Fagundes Valério, professora e advogada, representando a Universidade Nove de Julho – UNINOVE/Osasco, que discorreu sobre ética da autoridade, explicando que se trata de quando se enxerga a dor no outro,



Câmara Municipal de Osasco

ESTADO DE SÃO PAULO

quando se enxerga a diferença do outro. Falou que é preciso reconhecer o outro como iguais e diferentes, iguais enquanto humanos e diferentes nas suas condições. Ressaltou a importância de falar das diferenças estruturais. Falou que os direitos humanos são acima de tudo direitos políticos, históricos e que representa um processo iniciado há anos. Falou ainda, que nos últimos anos os direitos humanos vivem uma recessão, o que não pode ser mais permitido. Dra. Alana falou que é preciso combater os direitos humanos no diálogo, que a democracia começa na nossa casa e a cidadania só vai existir quando temas que parecem tão complexos e tão difíceis se tornarem temas comuns, e ainda que os movimentos sociais ensinam a fazer política no dia a dia. Continuando, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra, o senhor Higor Andrade, representando a vereadora Juliana Ativoz, que discorreu sobre o quanto é importante falar dos direitos humanos para combater o preconceito. Falou que quando se fala de direitos humanos está se tratando de um direito de todos os humanos, que quando se fala em moradia digna, não está se falando em privilégios. Apontou que no Brasil o aumento dos casos de intolerância religiosa é de 11,7% em um ano. Sr. Higor disse que muito se fala em retrocesso ao invés de avanços, mas que também é preciso avançar muito nessas pautas. Falou que a cidade de Osasco precisa avançar nas políticas públicas e criar programas voltados ao combate a intolerância religiosa. Ressaltou que o Estado é laico que é preciso haver espaço para todas as religiões, pois falar sobre direitos humanos é falar sobre todos. Prosseguindo, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra, a senhora Deise de Oliveira, representando a vereadora Juliana Ativoz. Deise falou que Osasco precisa avançar muito nas políticas públicas. Falou do reconhecimento pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU, realizado em oito de outubro do ano de dois mil e vinte um, onde diz que é um direito humano ter o ambiente limpo, saudável e sustentável, um passo importante para um planeta mais sustentável e seguro, segundo a ONU. Falou da prática do racismo ambiental. Falou do aterro sanitário da cidade de Osasco. Disse que toda a população gera resíduos e que esses resíduos devem ser administrados em algum local, como tem sido, mas que é importante se atentar aos locais onde esses resíduos são depositados na cidade. Falou que os direitos humanos regem o modo em como o ser humano deve viver individualmente e em sociedade entre si, da relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles. Sra. Deise falou que o Município deve fazer ações afirmativas e de formação que protejam as pessoas como prioridade. Continuando, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra o senhor Claudio Piteri, que discorreu sobre as garantias individuais e coletivas que foram trazidas através dos direitos humanos, o que trouxe também um novo momento nas cartas constitucionais. Senhor Claudio falou que a Carta Constitucional é reflexo da Declaração Universal, pois elenca nos seus artigos iniciais quais são os direitos e de que forma esses direitos devem ser garantidos pelo Estado. Falou da criação de secretarias específicas na cidade de Osasco que tem o objetivo de garantir direitos, e que segundo ele, direitos que estavam sendo violados. Ressaltou que essas secretarias não devem tolerar nenhum tipo de violação dos direitos humanos. Falou que sem disposição da gestão não há como garantir uma sociedade melhor, que é preciso zelar e garantir que os direitos humanos sejam cumpridos, para que se construa uma sociedade mais digna, mais justa e mais fraterna e que sem isso não dá para se falar em direitos humanos. Na sequência, a senhora presidente convidou para se adentrar e compor a mesa diretora o Dr. Flávio Augusto Saraiva Straus, coordenador do Núcleo de Ações Emergenciais da Comissão de Direitos Humanos da OAB – São Paulo. Prosseguindo, a senhora presidente convidou o Dr. Rafael Alves a fazer uso da palavra. Dr. Rafael discorreu da importância de que é preciso entender se as ferramentas que estão sendo criadas estão servindo de fato para aquilo que precisa. Falou que cada um precisa entender o que está sendo feito para colaborar e para ter uma cidade melhor. Afirmou que muitas vezes parece que se terceiriza o problema do país como sendo apenas de algumas pessoas e por isso a importância da criação de diversos movimentos para tentar solucionar problemas que já existem, o que nos torna mais humanos



Câmara Municipal de Osasco

ESTADO DE SÃO PAULO

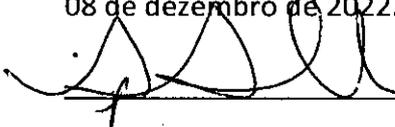
e tolerantes. Falou que é preciso entender o quanto é difícil praticar a democracia, e que a democracia está em constante transformação. Dr. Rafael falou ainda que é preciso entender que a cidade pertence a todos que nela vivem, que a visão de todo ser humano é importante e cada ser tem um olhar diferente. Falou que quanto mais inclusiva for a nossa sociedade, mais assertiva e mais humana será. Falou que é necessário trazer mais vezes temas como esse e que discussão sobre direitos humanos é algo muito presente, que é uma necessidade muito forte. Ressaltou que é preciso entender e discutir mais o que acontece no município, e quem sabe assim possa impactar positivamente o município e ter a possibilidade de criar uma cidade modelo e quanto mais pessoas abraçarem essa luta, mais fácil será essa transformação. Continuando, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra o senhor Mário Nóbrega Júnior, representando o Movimento da População em Situação de Rua, que discorreu que todo ser humano tem direito a ter dignidade e que dignidade se faz com comida na mesa e moradia. Senhor Mário apresentou e leu documento onde moradores do Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro (SAI Centro) solicitaram por um serviço com mais dignidade e respeito e questionaram qual o motivo da desistência pela mudança do local onde está localizado o SAI Centro, mudança esta que já estava prevista, e ainda cobrou uma resposta do prefeito do município. Na sequência, a senhora presidente referindo-se a fala do senhor Mário, disse que o objetivo dessa audiência é discutir o nosso dia a dia, a nossa realidade, recebeu e disse que vai encaminhar esse documento ao prefeito do município, ressaltando que o papel da Câmara Municipal é buscar informação e entender esse tipo de situação. Continuando, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra a Dra. Salpi Bedoyan, presidente do Conselho de Segurança de Osasco – Unidade Centro (CONSEG Centro), que discorreu sobre a importância de discutir sobre direitos humanos. Falou que o pilar dos direitos humanos é a liberdade e igualdade, falou que é direito de todos terem comida na mesa, moradia, educação. Dra. Salpi ressaltou que falar em direitos humanos é falar em igualdade e que igualdade é dignidade para todos. Falou da importância de ter amor e empatia pelo próximo e que enquanto não houver união e respeito com o próximo não se conseguirá conquistar nada. Prosseguindo, a senhora presidente convidou a fazer uso da palavra o Dr. Flávio Estraus, que discorreu sobre a importância de estar debatendo esse tema, e falou sobre a sua experiência dentro Núcleo de Ações Emergenciais da Comissão de Direitos Humanos da OAB – São Paulo, afirmando que tem como principal tarefa fazer a intermediação entre grupos confrontantes e a polícia militar. Dr. Flávio disse que vem percebendo a evolução no contato com a polícia militar e que vem sendo construído um bom relacionamento, o que tem contribuído para um clima mais harmonioso nas manifestações em São Paulo. Dr. Flávio disse que a Cracolândia é uma região oportuna para se debater sobre direitos humanos e que a Polícia Civil em colaboração com a Guarda Civil Metropolitana tem praticado uma política de higienização, retirando os usuários de drogas e moradores de rua sem fazer diferenciação entre eles. Continuando, senhora presidente mais uma vez, convidou a fazer uso da palavra o Dr. Paulo Cesário que discorreu sobre o que foi realizado dentro do período de um ano na Comissão dos Direitos Humanos da OAB-Osasco. Dentre o que foi realizado Dr. Paulo citou o projeto “Descobrimos os Direitos Humanos através da Educação”, que segundo ele, foi feito contato com mais de dezessete instituições de ensino médio, onde levou informações sobre o que são direitos humanos e em especial as responsabilidades, a responsabilidade social e a consciência coletiva. Falou também de trabalhos desenvolvidos juntamente com a guarda civil e destacou que quando vão com a intenção e ideia de promover um diálogo são bem aceitos. Falou também da realização de palestras juntamente com o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (DPCDH). Falou que o mais importante desse trabalho é que a Comissão de Direitos Humanos está cumprindo o que determina o regulamento geral da OAB, que é promover o diálogo e a integração entre as instituições. Dr. Paulo fez um apelo em relação ao extremismo e a intolerância o que tem feito



Câmara Municipal de Osasco

ESTADO DE SÃO PAULO

se perder o diálogo entre amigos e família. Falou que é preciso aprender como voltar a conversar e dialogar. Ressaltou que o ser humano precisa aprender ou reaprender o poder do diálogo, que as ideias, os conceitos devem ser confrontados sem confrontar o ser humano. Ressaltou a importância de construir uma sociedade mais humana, mais solidária e principalmente inclusiva, e que isso só será possível através do diálogo. Dando sequência, a senhora presidente informou a abertura da audiência pública para perguntas do público que foram respondidas. Na sequência, a senhora presidente finalizou esta audiência pública falando da importância de discutir essas questões, de ouvir as diversas demandas, os diversos pontos de vista, porque somente assim será possível construir políticas públicas que garantam os direitos humanos. Não havendo nada mais para ser apreciado, a senhora presidente agradeceu aos vereadores envolvidos nesta audiência pública, agradeceu aos palestrantes, secretários e demais participantes. Agradeceu especialmente aos munícipes, e agradeceu aos servidores da Câmara Municipal e declarou encerrada a Audiência Pública às vinte e uma horas e trinta e três minutos. Todos os discursos dessa audiência encontram-se gravados em mídia própria e todos os documentos entregues, devidamente arquivados na Seção de Comissões da Câmara Municipal de Osasco. Para constar, eu, _____, Higor Andrade, lavrei a presente Ata, que vai devidamente assinada pela senhora presidente e por mim secretário. Sala das Sessões Tiradentes, aos 08 de dezembro de 2022.

 _____ (ANA PAULA ROSSI DE ALMEIDA MAGDESIAN) – PRESIDENTE.-----

 _____ (HIGOR ANDRADE) – SECRETÁRIO.-----